



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDOESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional
VI Colóquio Internacional
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
VITÓRIA DA CONQUISTA

**15 a 18
outubro
2019**

A MEMÓRIA COLETIVA DOS GRUPOS INDÍGENAS NA AMÉRICA PORTUGUESA (SÉCULO XVI)

Camila Nunes Duarte Silveira
Instituto Federal Baiano (IfBaiano), Brasil
Endereço eletrônico: mila-ped@hotmail.com

Rafael Vilas Boas Chagas
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Brasil
Endereço eletrônico: rafaelvbchagas@gmail.com

Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Brasil
Endereço eletrônico: anapalmira32@gmail.com

INTRODUÇÃO

Iniciamos esta discussão afirmando, conforme Le Goff, que “o conceito de memória é crucial” (LE GOFF, 2012, p. 405) e vamos adiante: o conceito e a vivência de memória são cruciais não só para as sociedades que dominam a escrita, mas, sobretudo, para as sociedades ágrafas. Diferentemente dos filósofos e retóricos do Velho Mundo, os quais, há muito, vinham desenvolvendo conceitos sobre a memória e suas diferentes técnicas (a *ars memoriae*), os indígenas da América Portuguesa, nos primórdios da colonização das terras brasileiras, não construíram um conceito de memória para si. A memória concentrava-se no viver e no fazer do homem indígena, vinculava-se à sobrevivência do grupo e tinha por finalidade rememorar o passado, unindo ao presente como forma de resistir à condição humana de finitude. Viver, aprender e lembrar seriam condições fundamentais para o funcionamento do modo de vida grupal. Os indígenas da América Portuguesa tinham a consciência de que, por e pela memória, manteriam viva a tradição tribal. Em sociedades com características tão dessemelhantes, a memória ligada à vida social assume funções distintas, e a sua apreensão está diretamente relacionada ao modo como se organiza cada ambiente social e político.

Assim, a presente pesquisa, de natureza histórico-documental, teve por principal objetivo discutir a memória coletiva dos grupos indígenas, eminentemente oralizada, e a forma com a qual os ameríndios a transmitiam e preservavam, haja vista que, após a colonização europeia, a memória dos nativos esteve sob constante ameaça.



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDOESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional
VI Colóquio Internacional
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
VITÓRIA DA CONQUISTA

**15 a 18
outubro
2019**

METODOLOGIA

Essa pesquisa qualitativa, de cunho exploratório e documental, é fruto de discussões realizadas no Grupo de Pesquisa “Fundamentos em Educação, Memória, Imagem e religião”, vinculado ao Museu Pedagógico da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e compõe parte da tese de doutorado intitulada “A arte de evangelizar no teatro anchietao: memória, conversão e doutrina” de autoria de Camila Nunes Duarte Silveira, defendida no Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (UESB).

Para a realização deste estudo, analisamos os documentos coloniais, especialmente aqueles produzidos no século XVI pelos cronistas da época e, maiormente, pelos missionários da Companhia de Jesus. No que concerne às discussões sobre a memória coletiva, lançamos mão dos estudos de Jacques Le Goff (2012) e Leroi Gourhan (2002). Como método de abordagem, utilizamos as categorias dialéticas, uma vez que, ao analisar o contexto colonial da América Portuguesa no período em questão, é imprescindível considerar as relações das partes com a totalidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A designação de memória coletiva na perspectiva de Le Goff¹ é a memória dos povos sem escrita; para ele, “a atividade mnésica fora da escrita é uma atividade constante, não só nas sociedades sem escrita como nas que a possuem” (LE GOFF, 2012, p. 410). Segundo o autor, nas sociedades ágrafas, a memória coletiva é cristalizada mediante a tentativa de fundamentar a existência das etnias ou das famílias, i.e., dos mitos de origem: “Nestas sociedades sem escrita, há especialistas da memória, homens-memória: ‘genealogistas’, guardiões dos códices reais, historiadores da corte, ‘tradicionalistas’[...]” (LE GOFF, 2012, p. 411).

Segundo Leroi-Gourhan (2002), é possível afirmar que todo o conhecimento produzido pelo grupo constitui o elemento vital de sua unidade e personalidade, sendo a transmissão desse capital intelectual a condição indispensável à sobrevivência material e social do grupo. Para o autor, essa transmissão corresponde à hierarquia das cadeias

¹ Nessa discussão, tomamos de empréstimo o conceito de “memória étnica/coletiva” apresentado por Jacques Le-Goff. Quando falamos da memória dos grupos indígenas, referimo-nos a uma memória transmitida, por meio da oralidade, entre os indivíduos de um mesmo grupo.



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional
VI Colóquio Internacional
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
VITÓRIA DA CONQUISTA

**15 a 18
outubro
2019**

operatórias, isto é, “à memória familiar comum”, que corresponde a todos os acontecimentos materiais e morais da vida cotidiana e que são inscritos na memória pessoal dos sujeitos durante a infância. Entretanto, para o autor, o mesmo não ocorre com o que diz respeito às práticas menos frequentes ou excepcionais do grupo os quais, nas sociedades sem escrita, recorrem à memória de autênticos especialistas, como os acima mencionados por Jacques Le-Goff.

Embora tivessem guardiões específicos da memória, a preocupação desses homens ágrafos não estava em transmiti-la palavra por palavra, nem criar, diante disso, estratégias de uma aprendizagem mecânica, haja vista que a apresentavam numa dimensão narrativa, atribuindo-lhe mais liberdade e mais possibilidades de criação (LE GOFF, 2012).

Diferentemente dos povos que escreviam — cujas práticas de memorização e de conservação eram fundamentadas na reprodução mnemônica de palavra por palavra — para os povos sem escrita, a prática da boa memória consistia na liberdade de criar, isto é, de rememorar os fatos de maneira livre, com toques criativos do narrador, sem perder, no entanto, a essência e a finalidade da transmissão do acontecimento que estivesse sendo lembrado.

Isso não significa afirmar que a conservação da memória pelos europeus não poderia, também, ser feita por um ato criador narrativo. O que ocorre é que, para os indígenas, a memorização ocorria de maneira “mais livre”, visto que, diferentemente do colonizador, a conservação da memória dava-se apenas pela oralidade, enquanto que, para os habitantes do Velho Mundo, ela poderia ocorrer tanto pela escrita quanto pela oralidade, razão que nos leva a pensar que tratavam de conservá-la/transmiti-la com maior rigor da palavra.

Em consideração à afirmação de Jacques Le Goff (2012), de que a memória é a propriedade de conservar certas informações e remete primeiramente o indivíduo a um conjunto de funções psíquicas — permitindo-lhe atualizar impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passadas — podemos entender que, embora seja inicialmente composta por experiências pessoais, ela assume caráter coletivo, pelo fato de compartilhar essas experiências com o corpo social. Nas sociedades indígenas, a memória e/ou a conservação da memória são elementos constituintes da organização grupal, isso porque, como se sabe, esses povos eram ágrafos e todo o conhecimento



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional
VI Colóquio Internacional
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
VITÓRIA DA CONQUISTA

**15 a 18
outubro
2019**

construído pelo grupo era repassado, primordialmente, por meio da fala e dos seus ritos. Não por acaso, os velhos (líderes do grupo), sujeitos responsáveis pelo ensinamento ao grupo, tinham por principal característica a capacidade de falar por longos períodos, eram exímios oradores. José de Anchieta reconheceu a importância que os ameríndios davam à palavra comparando-os aos romanos: "Fazem muito caso entre si, como os Romanos, de bons línguas e lhes chamam senhores da fala (...)" (ANCHIETA, 1988, p. 441).²

Os talentos oratórios não eram apenas uma condição para que fossem reconhecidos como líderes, eles eram, também, um meio do poder político e um meio de conservação da memória grupal. Isso porque, conforme nos atesta Moniot (1979), a tradição que as sociedades sem escrita buscam manter não é neutra, ela permanece por meio de pessoas que vivem em sociedade e como tal se comportam.

O valor atribuído aos talentos oratórios implica a importância que deveria ser dada ao ouvir. A palavra precisava ser apreciada, encontrar lugar no coração e na mente do outro a fim de que permanecesse entre as gerações orientando-lhes sobre como seguir a vida que seus ancestrais tiveram.

Jean de Léry escreveu sobre o quanto apreciavam a palavra, pois eram bons ouvintes: "Lembro mais uma vez que os selvagens não costumam interromper os discursos de ninguém, por isso me ouviram atentos pelo espaço de meia hora proferindo apenas de quando em quando a sua interjeição: *Teh*"³ (LÉRY, 2007, p. 220). O ouvir constituía o ato necessário para que a memória pudesse durar. Repetir continuamente a oratória era condição fundamental para que a memória do grupo fosse assimilada. Indígenas e europeus tinham consciência de que a repetição era um forçoso exercício mnemônico sem a qual a permanência do grupo, sobretudo para os indígenas, estaria ameaçada. Segundo Le Goff (2012), a memória transmitida pelas sociedades sem escrita não implica necessariamente que ela seja comunicada palavra por palavra.

Característica fundamental das sociedades ágrafas, a tradição oral é constituída pelos mitos, crenças e histórias. É, portanto, o registro da memória e instrumento de transmissão de suas culturas (SILVA; FREIRE, 2009). Até a chegada dos colonizadores, as comunidades ameríndias mantiveram-se organizadas pela oralidade.

² Informação da Província do Brasil Para Nosso Padre – 1585.

³ *The, Tho*: expressões utilizadas pelos Tupinambá como interjeições de espanto.



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional
VI Colóquio Internacional
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
VITÓRIA DA CONQUISTA

**15 a 18
outubro
2019**

As relações sociais por elas estabelecidas ocorriam por meio da troca de experiências e dos saberes acumulados e preservados pelos anciãos. A palavra constituiu um importante elemento utilizado pelos ameríndios na educação de seus filhos. Por meio dela, criaram seus mitos e ritos, estabeleceram as relações grupais e mantiveram a memória coletiva do grupo, repassando-a para a tradição oral.

CONCLUSÃO

A palavra tinha uma razão fundamental nas sociedades indígenas, e claro está que os chefes de cada grupo é que tinham o dever e o poder de pronunciá-la. Por outras palavras, podemos dizer que a memória vivida pelos indígenas encontrava-se no campo empírico e era transmitida por meio da tradição oral⁴, enquanto que, para os europeus, mais especificamente os letrados, ela era vivida, pensada e registrada.

A forçada convivência com o europeu destruiu aspectos fundamentais da cultura e obrigou as comunidades ameríndias a criarem novos ritos e novas formas de vivenciar e socializar as suas memórias. Entretanto, a valorização da palavra e, sobretudo, daquele que a dominava, era condição precípua para a manutenção e preservação da memória coletiva grupal.

PALAVRAS-CHAVE: Indígenas; Memória Coletiva; América Portuguesa; Oralidade e Memória.

REFERÊNCIAS

ANCHIETA, José de. **Cartas Jesuíticas III**. Informações, fragmentos históricos e sermões. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da universidade de São Paulo, 1988.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 6. ed. Campinas: Unicamp, 2012.

LEROI-GOURHAN, L. A. **O gesto e palavra**. Memória e ritmos. Tradução Emanuel Godinho. Lisboa, Portugal: Ed. 70, 2002. v. 2.

LÉRY, Jean de. **Viagem à Terra do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2007.

⁴ Tradição oral compreendida como tudo aquilo que se transmite pela boca e pela memória. Pode ser um saber difuso em cada sociedade, transmitido amplamente pela educação e em favor das circunstâncias práticas da vida; conhecimentos especializados, porém não sujeitos a uma forma fixa de expressão nem socialmente reservados, podem, entretanto, ser a realidade de um número mais restrito de pessoas, que serão, a esse respeito, os informadores privilegiados (MONIOT, 1979).



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional
VI Colóquio Internacional
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
VITÓRIA DA CONQUISTA

**15 a 18
outubro
2019**

MONIOT, Henri. A história dos povos sem história. In: LE GOFF, Jacques. **História: novos problemas**. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SILVA, Ana Paula da; FREIRE, José R. Bessa. Memória oral e patrimônio indígena no Brasil nas crônicas do século XVI. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA.25., 2009. **Trabalho apresentado**. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/?p=15042>. Acesso em: 10 de maio 2014.



DISTOPIA, BARBÁRIE E CONTRAOFENSIVAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO